Vozes, 1995.

FERRAZ, Maria Heloisa e Fusari, Maria F. de R. Metodologia do ensino da arte. 2ª edição. São Paulo: Cortez 1999.

LINS, Álvaro (1 de janeiro de 1950). História da Literatura Brasileira: Prosa de ficção de 1870 a 1920, por Miguel Pereira.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular- BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN). Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. (1997).

SCAGNOLATTO L.A de S. A importância da música no desenvolvimento infantil. Webartigos. 2006.

DILEMA ENTRE OS MODELOS BÁSICOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS CONSEQUENCIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

SONIA PEREIRA DA CRUZ

RESUMO

Este trabalho traz uma reflexão do dilema entre os modelos básicos de formação de professores e suas consequências para a Educação Especial no contexto brasileiro, por meio da compreensão de forma crítica, dos caminhos possíveis para superar este dilema.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Professor. Ensino. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação em Educação Especial e Inclusão é o entendimento do dilema entre os modelos básicos de formação de professores e suas consequências no processo de ensino-aprendizagem no contexto brasileiro, por meio da compreensão de forma crítica, dos caminhos possíveis para superar este dilema.

Assim, escolhi esta linha de pesquisa após a leitura de alguns textos, pois pude verificar os problemas presentes no cotidiano escolar, entre eles as dificuldades encontradas em lidar com a questão da inclusão, consequente, entre outros fatores, da formação docente.

Deste modo, após a produção deste trabalho, acredito que para alcançarmos uma educação de qualidade, que forme indivíduos conscientes, competentes e criativos, independente de raça, etnia, cultura, classe social e respeitando a diversidade é preciso uma prática docente que articule compromisso político e competência técnica e que haja clareza sobre os modelos que devem estar presentes na formação de professores recuperando, com isso, a função da escola.

Assim sendo, este relatório é composto desta introdução, seguida do capítulo I – Dilema entre os modelos básicos de formação de professores, 1 O Dilema, 1.1 Função da Educação, da Escola e do Professor, 1.1.1 Produção, Reprodução e Transmissão do Conhecimento; capítulo II – A Educação Especial neste contexto, 2 A Educação Especial.

O primeiro capítulo, baseado,

principalmente, na obra de Demerval Saviani, aborda o dilema existente na formação de professores, a função da educação, da escola e do professor e a questão da produção, reprodução e transmissão do conhecimento.

O segundo capítulo, ao que se refere a legislação que trata da educação especial, traz alguns pontos principais, alguns questionamentos e o contexto da educação especial.

1. O Dilema

Por meio das observações realizadas, desde minha formação inicial, foi possível verificar os problemas presentes no cotidiano escolar, entre eles o fracasso escolar, consequente, entre outras questões, da formação docente.

Saviani (2009), em seu artigo "Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro", trata das questões relacionadas à formação de professores.

O autor inicia o artigo fazendo uma breve descrição do surgimento da necessidade da formação de professores e pontua que:

No Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. (...) (Saviani, 2009, p. 143)

Saviani descreve, nos aspectos históricos, seis períodos pelos quais a história da formação de professores percorre, sendo eles: ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890); Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932); Organização dos Institutos de Educação (1932-1939); Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971); Substituição da Escola Normal pela Habilitação

Específica de Magistério (1971-1996); Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006), levantando as mudanças e permanências em cada período e conclui que ambas:

[...] não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país. (2009, p.148)

Nos aspectos teóricos, o autor traz os modelos básicos de formação docente. Ao pontuar estes modelos (modelo dos conteúdos culturais-cognitivos e modelo pedagógico-didático), destaca as possibilidades e riscos da formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em nível superior e o dilema, resultado da "dissociação entre os dois aspectos indissociáveis da função docente: a forma e o conteúdo." (Saviani, 2009, p.151), que permeia esta formação. Para superar o dilema, o autor sugere a recuperação da indissociabilidade entre estes dois aspectos.

Para Saviani, um caminho prático e objetivo, para recuperar essa indissociabilidade é tomar como ponto de partida os livros, a partir da análise destes, tanto nos cursos de Pedagogia como nos cursos de Licenciatura, viabilizando com isso o pro-

cesso de transmissão-assimilação, presentes na relação professor-aluno, pois

> [...] o livro se transforma, ainda que de modo "empírico", isto é, sem consciência plena desse fato, no "grande pedagogo" de nossas escolas. Efetivamente, é ele que, geralmente de maneira acrítica, dá forma prática à teoria pedagógica nas suas diferentes versões. (Saviani, 2009, p. 152)

Além dessas ideias, Saviani faz observações sobre a formação de professores para atuar na educação especial, apontando que a legislação norteadora dos cursos de pedagogia, trata a educação especial de forma secundária. Sendo assim,

> [...] será necessário instituir um espaço especifico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário essa área continuará desguarnecida e de nada adiantará as reiteradas proclamações referentes às virtudes da educação inclusiva que povoam os documentos oficiais e boa parte da literatura educacional nos dias de hoje. (Saviani, 2009, p.153)

O autor finaliza o artigo, chamando a atenção para as condições de trabalho que envolve questões salariais e de jornada de trabalho, fatores que desestimulam a atuação na área docente e ressalta a importância da educação como eixo de desenvolvimento nacional, pôr dar condições de atacar todos os problemas que permeiam o progresso de um país, lançando com isso, um desafio, principalmente aos políticos.

Em suma, é possível concluir que os problemas presentes na formação docente são de cunho histórico e estão atrelados a uma formação segmentada, devido a separação de aspectos fundamentais na prática docente: o que ensinar (conteúdo) e como ensinar (forma).

Assim, para alcançarmos uma educação de qualidade que forme indivíduos conscientes, competentes e criativos, independente de raça, etnia, cultura e classe social, é preciso uma prática docente que articule compromisso político e competência técnica e que haja clareza sobre os modelos que devem estar presentes na formação de professores recuperando, com isso, a função da escola.

1.1 - Função da Educação, da Escola e do Professor.

Segundo Saviani (2009) a educação deve ser vista como eixo do desenvolvimento nacional. Desta forma, cabe à escola a função de formar cidadãos conscientes, críticos e tecnicamente competentes para que sejam autônomos em suas decisões. Com isso, segundo o autor, estaria criado "o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento" (Saviani, 2009, p.154). Em consequência, estaríamos atacando de frente outros problemas como o desemprego e a pobreza.

Para muitos professores a escola não possui uma função social, desta forma acredita que seu papel resume-se em cumprir as exigências estabelecidas pelas Secretarias e Diretorias de ensino.

Tendo em vista que a função da escola vai além dessas exigências (preencher diário de aula, realizar sondagem, entre outras) e que estas possuem um fim pedagógico, é possível concluir que

muitos professores possuem uma visão equivocada de seu papel como docente, deixando levar-se pelo discurso ideológico que permeia as escolas com a ideia de que não é possível formar efetivamente os alunos devido a burocracia presente no espaço escolar.

Desta forma, cabe aos professores superarem essa representação inibidora, encontrando remediações para que possam cumprir tanto seu papel que é ensinar quanto as determinações estabelecidas pelos governantes, que fazem parte do cotidiano escolar e que devem ser vistas e utilizadas como instrumentos para uma boa prática docente.

Vale lembrar que é de suma importância que o esforço dos professores esteja associado, assim como pontua Saviani, às políticas públicas que valorizem a carreira docente. Assim o autor chama a atenção para o fato de que:

> [...] a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolve a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. (Saviani, 2009, p.153)

Isso fará com que os professores trabalhem motivados, estimulados e em tempo integral em uma única escola.

Assim, estaremos rumo a uma educação de qualidade para todos, por meio de uma prática docente eficiente, estando articulado compromisso político e competência técnica.

1.1.1 - Produção, Reprodução e Transmissão do Conhecimento.

Segundo Saviani (2009), a produção do conhecimento na escola, ou seja, a produção do saber escolar deve acontecer por meio da transposição didática. Um dos caminhos apontados pelo autor é a inclusão do estudo do livro didático nos cursos de Pedagogia e de Licenciatura, pois ele, mesmo que de forma "empírica", seleciona e hierarquiza os conteúdos, unindo assim forma e conteúdo.

Desta forma, segundo Saviani, para que a transmissão do conhecimento na escola aconteça de forma efetiva, é preciso superar o dilema existente na formação de professores, que consiste na dissociação entre o modelo dos conteúdos culturaiscognitivos (conteúdo) e o modelo pedagógico-didático (forma), aspectos fundamentais na prática docente.

Uma das formas apontadas pelo autor para a superação desses problemas é a utilização do livro, como instrumento de ensino, pois, mesmo que de forma "empírica", o livro seleciona e hierarquiza os conteúdos. Assim é preciso entendê-lo criticamente, para que ele se torne um aliado no processo de ensino-aprendizado, tornando os conteúdos assimiláveis ao aluno.

Vale ressaltar que o livro didático não deve ser o único material didático utilizado na escola, pois isso limitaria o trabalho do professor. Portanto, o professor deve ter claro que possui autonomia e liberdade para utilizar outros instrumentos didáticos, que auxiliem sua prática, tornando os conteúdos significativos para os alunos.

A transmissão efetiva do conheci-

mento na escola, desta forma, está atrelada a uma boa formação profissional dos professores que segundo Saviani (2009, p.150):

(...) implica, pois, objetivos e competências específicas, requerendo em consequência estrutura organizacional adequada e diretamente voltada ao cumprimento dessa função.

Em suma, para que o professor tenha uma prática docente competente é preciso, segundo o autor, um preparo consistente em uma sólida cultura pedagógica, ou seja, é preciso que tanto nos cursos de Pedagogia quanto nos cursos de Licenciatura estejam presentes o ensino dos conteúdos de conhecimento e os procedimentos didáticos pedagógicos, isto é, o que ensinar e como ensinar, ou ainda, conteúdo e forma.

Por este caminho, estaremos recuperando a função da escola que é de ensinar e teremos professores altamente qualificados, para atuarem em nossas escolas possibilitando a transmissão do conhecimento acumulado historicamente de forma consistente, rompendo com as situações de fracasso escolar e garantindo a humanização dos alunos.

2. A Educação Especial neste contexto

A Educação Especial é citada em muitas legislações, norteando o professor de uma forma geral e apontando o papel do estado, sociedade e família neste contexto educacional. Abaixo destaco alguns destes textos:

- Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208:

Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208).

- LDB 9.394/96, cap. IV - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.

- Aviso Circular nº 277/96:

Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.

- Decreto nº 3.956/01:

Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

- Lei nº 10.436/02:

Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.

- Portaria nº 2.678/02:

Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema

Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

- Portaria nº 3.284/03:

Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.

- ABNT NBR 9.050/04:

Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

- Decreto nº 5.296/04:

Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

- Decreto nº 5.626/05:

Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.

- Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005:

Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006):

Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

- Plano de Desenvolvimento da Educação/2007:

O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008):

Define a Educação Especial como

modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

- Decreto nº 6.949/09:

Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

- Decreto nº 7.234/10:

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos:

"democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação". Ainda, no art. 3o § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: "acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação".

- Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010:

Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.

- Decreto nº 7.611/11:

Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012:

Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos.

O Documento define como "princípios da educação em direitos": a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.

Mas será que o que se pretende deste muito tempo é o que verificamos na realidade das salas de aulas com alu-

nos com necessidades especiais? Como a escola lida com a inclusão? Como incluir as crianças com diferentes necessidades nas classes comuns?

A escola precisa não só promover o acesso, mas também criar mecanismos onde haja a adaptação e interação do individuo ao ambiente, adaptando o cenário escolar. É necessário também mudança de postura e atitudes, ou seja, conscientização das pessoas que atuam no espaço escolar por meio da discussão entre teoria e prática, pois, investimento na formação docente em nível superior por si só não resolverá a complexidade dos problemas educacionais brasileiros historicamente reproduzidos, como, por exemplo, o analfabetismo. É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola (MENDES, 2002).

2.1- A Educação Especial

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar os pressupostos e a prática pedagógica social da educação inclusiva.

De acordo com a ONU, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. No caso de um aluno com deficiência, as barreiras que podem impedir sua escolarização e participação plena localizam-se no espaço escolar.

O objetivo na educação inclusiva, desta forma, deve ser o de remover barreiras, buscando todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar o que está na lei, tornando as ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedidas na escola.

Além disso, a falta ou a pouca discussão sobre a Educação Especial nos cursos de pedagogia e licenciatura, faz com que o professor se torne também uma barreira no desenvolvimento deste aluno. Sendo assim, é possível afirmar que:

(...) o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar.(Platsch, 2009)

Diante da nossa diversidade cultural o professor deve estar apto para atender as necessidades dos alunos, que são tão únicos em seus anseios, desejos e expectativas. O alcance desta aptidão perpassa pela valorização do professor, não apenas a nível de questões salariais, mas também, maior participação deste nas decisões que de forma direta influencia sua rotina de trabalho. Além disso é necessário uma formação inicial e conti-

nuada consistente que de fato prepare o professor para o trabalho na educação inclusiva, possibilitando desta forma uma efetiva aprendizagem do aluno, respeitando seus limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dos textos "Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro" de Dermeval Saviani, no decorrer do curso de Pós Graduação, entre outros, escolhi discutir a questão da formação de professores no Brasil, no contexto da educação inclusiva. Assim, este trabalho tem como objetivo o entendimento do dilema entre os modelos básicos de formação de professores e suas consequências no processo de ensino-aprendizagem no contexto da educação inclusiva, por meio da compreensão, de forma crítica, dos caminhos possíveis para superar este dilema.

Ao fim desta pesquisa foi possível concluir que a formação de professores segmentada, ou seja, a dissociação entre o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos e o modelo pedagógico-didático, deixa consequências na prática dos professores em especial na educação inclusiva, pois cada vez mais os docentes não têm claro o seu papel enquanto professor. Assim, deixam-se levar pelo discurso competente, isto é lacunar, e passam a ser um instrumento da ideologia, auxiliando, desta forma, na produção do fracasso escolar.

Com isso, uma das possibilidades de continuar esta pesquisa é buscar outros caminhos que, juntamente com a introdução do estudo do livro didático nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, a valorização dos profissionais da carreira docente e a formação continuada, possam auxiliar na superação dos dilemas que permeiam a formação de professores no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MEC, SEESP. Educar na diversidade: material de formação docente. 2ª ed. Brasília 2005. P.59-65.

Pletsch, Marcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa. Educar; Curitiba, n. 33, p. 143156, 2009. Editora UFPR.

Saviani, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.14, n.40, abril 2009